



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA BETANIA SILVA

**A SURDEZ NA ÓTICA DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB: UM
ESTUDO COM DISCENTES DO 5º PERÍODO**

CAMPINA GRANDE – 2017

MARIA BETANIA SILVA

**A SURDEZ NA ÓTICA DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB: UM
ESTUDO COM DISCENTES DO 5º PERÍODO**

Trabalho de conclusão de curso TCC apresentado junto ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADOR: PROF. DR. EDUARDO GOMES ONOFRE

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586s Silva, Maria Betania.
A surdez na ótica de alunos do curso de pedagogia da UEPB [manuscrito] : um estudo com discentes do 5º período / Maria Betania Silva. - 2017.
45 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência auditiva. 3. Ensino de libras.

21. ed. CDD 371.912

MARIA BETANIA SILVA

A SURDEZ NA ÓTICA DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB: UM ESTUDO COM DISCENTES DO 5º PERÍODO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Aprovada em: 07.12/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Orientador – UEPB


Profa. Dra. Maria Célia de Assis
Examinadora – UEPB


Profa. Msc. Juçilene Braz da Costa
Examinadora – UEPB

Campina Grande – PB
2017

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão hoje e eternamente ao senhor Jesus, por ter me dado à benção de chegar até aqui e pelas maravilhas que tem operado na minha vida. Realizando um passo tão importante na minha caminhada, pois sabemos que chegar até aqui não foi fácil. Todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a DEUS.

Aos meus professores da Universidade Estadual da Paraíba que me acompanharam durante esses cinco anos e contribuíram pela minha formação acadêmica.

Ao meu orientador Dr. Eduardo Gomes Onofre pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa e pelas palavras de encorajamento e ânimo. Sempre paciente e atencioso para comigo.

A professora Dra. Maria Célia Assis, por ser tão dedicada no que faz e sempre me ajudando quando precisei de suas orientações, com atenção e dedicação.

A minha amada filha Mayara Gabriely, que por ser ainda tão jovem e não compreender algumas coisas, sempre esteve comigo em todos os momentos da minha caminhada acadêmica e a cada etapa vencida desse trabalho comemorava comigo, me dando forças, palavras de ânimo e encorajamento.

A todos os meus amigos, que direta ou indiretamente me fortaleceram com palavras de apoio para a realização desse trabalho. Em especial as minhas amigas Agleice Queiroz, Alane Karen e Raquel Lopes, que comigo concluíram o curso de Pedagogia.

Aos alunos de pedagogia do 5º ano noturno da Universidade Estadual da Paraíba, que contribuíram para a realização desse trabalho.

Dedico

*Aos meus familiares que jamais deixaram de incentivar,
por menor que fosse a contribuição, e que sempre souberam
que a única forma de conhecer é descobrir, e que fazer
descobrir é única forma de fazer ensinar.
Aos meus mestres queridos que estão lendo este trabalho,
pois sem vocês eu não conseguiria.*

É possível considerar como excluídos todos aqueles que o são no olhar dos atores ocidentais. O excluído seria, pois aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores.

Martine Xiberras

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a surdez na ótica de alunos do Curso de Pedagogia do 5º ano da UEPB, pois se sabe que por um longo período o ensino para os surdos foi baseado num modelo clínico em que prevaleciam técnicas que visavam o desenvolvimento da expressão oral, tornando-os segregados do convívio social. Com a crescente proposta de inclusão educacional nos últimos anos tem se enfrentado grandes mudanças com relação à educação, onde uma delas foi o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular comum. O referido trabalho apresenta leis importantes que garante a inclusão dessas pessoas com deficiência dentro da escola regular, onde o surdo adquire o direito de ter atendimento educacional especializado que necessita, junto aos alunos considerados normais e para que o aluno surdo possa ser incluído no ambiente escolar é preciso que a instituição de ensino faça adaptações para receber esses alunos de acordo com suas necessidades. A metodologia se define por uma pesquisa quanti qualitativa, aplicada com o questionário para se coletar os dados e em seguida passam-se as informações em números para o gráfico. Com isso observa-se que os participantes veem a necessidade de mudanças no sistema educacional para oferecer um ensino de qualidade para o surdo, de acordo com suas necessidades. A partir da temática em estudo pode-se contribuir com discussões, partindo das opiniões de alunos ouvintes acerca da inclusão do aluno surdo no ensino regular.

Palavras-Chave: Inclusão. Surdo. Alunos. Escola.

ABSTRACT

This research aims to analyze the deafness in the students' perspective of the fifth year of the UEPB pedagogy course, since we know that for a long time the teaching for the deaf was based on a clinical model in which techniques that aimed the development of expression prevailed oral, making them segregated from social interaction. With the increasing proposal of educational inclusion in the last years great changes have been faced in relation to education, where one of them was the process of inclusion of students with disabilities in the regular school. We will see in this work important laws that guarantee the inclusion of those with disabilities within the regular school, where the deaf person has acquired the right to have specialized educational services that he needs, together with the students considered normal and so that the deaf student can be included in the school environment it is necessary that the educational institution makes adaptations to receive these students according to their needs. The methodology is defined by a quantitative qualitative research, where we apply the questionnaire to collect the data and then pass the information in numbers to the graph. With this we observe that the participants see the need for changes in the educational system to offer a quality education for the deaf according to their needs. From the topic under study we can contribute with discussions, starting from the opinions of hearing students about the inclusion of the deaf student in regular education.

Keywords: Inclusion; Deaf; Students; School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Abordagens e conceitos sobre deficiência.....	14
2.2 Legislações na educação especial na perspectiva da educação inclusiva.....	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3.1 Caracterização da pesquisa.....	21
3.2 Cenário e participantes da pesquisa.....	21
3.3 Coleta de dados.....	22
3.4 Análise e interpretação dos dados.....	23
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1 Trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais.....	25
4.2 O conhecimento com a língua brasileira de sinais.....	27
Em relação a referente questão, os participantes responderam:.....	27
4.3 As dificuldades encontradas pelos surdos e pelos ouvintes com relação à aprendizagem na escola regular comum ocorre na mesma proporção.....	28
4.4 A compreensão da surdez.....	30
4.5 O contato com o colega surdo na escola.....	32
4.6 A inclusão de alunos surdos na ótica dos entrevistados.....	33
4.7 A escola regular e o professor estão preparados para receber os alunos surdos.....	35
4.8 O ensino de libras na escola.....	36
4.9 O ensino de libras na universidade.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	47

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado: “A surdez na ótica de alunos do curso de pedagogia: um estudo com alunos do 5º ano do curso de pedagogia da UEPB” será abordado à questão da educação inclusiva, tendo em vista que atualmente é um assunto que vem despertando o interesse e debates perante a sociedade, pois inclui os alunos que possuem uma deficiência dentro do sistema escolar, garantindo a participação de todos os estudantes no ensino regular.

Segundo XIBERRAS “O excluído seria, pois, aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais/ou simbólicos, para fora dos nossos valores”. Pois na escola comum o ensino para aqueles que possuem uma deficiência está sendo negado, são pessoas sem respeito, sem atendimento e sem direitos que sofrem atitudes preconceituosas por ter uma deficiência. (1993, p.22).

Iremos discutir o conceito de deficiência, onde aqueles que são estigmatizados pela sociedade irá ter uma educação que contemple as diferenças, com novas perspectivas dentro das escolas comuns para os mesmos, de igualdade e oportunidades. “Quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade”. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.27).

Nos últimos anos ações de pais e educadores tem promovido a inclusão nas escolas de pessoas com algum tipo de deficiência, pois é na escola que as pessoas ampliam seus conhecimentos, criam laços de amizade, de convivência, de respeito e de integração, que irá prepara-los para a vida.

Dentro destas discussões realizamos uma pesquisa com os alunos da área de educação do curso de pedagogia do 5º ano da UEPB para compreendermos através da opinião dos mesmos qual o olhar que eles têm sobre a inclusão de alunos surdos na escola regular, que propõe uma escola que eduque e abrigue todas as pessoas sem nenhuma forma de discriminação.

Através da ótica dos alunos de pedagogia, de pesquisas bibliográficas e artigos relacionados ao tema falaremos sobre a importância de incluir o aluno surdo dentro da escola regular, onde leis foram criadas para garantir a inclusão desses alunos. A declaração dos direitos humanos reforça esses direitos garantindo que todas as pessoas têm os mesmos direitos, mais sabemos que na prática esses direitos são negados aqueles que possuem uma deficiência, afastando-os do convívio social em que deveriam estar inseridos. Conforme

Stainback as escolas devem estar preparadas para atender as diferenças, mais para isso é necessário à união de todos.

Todos os defensores da melhoria das escolas para melhor atender às diferentes necessidades dos alunos devem unir-se e reconhecer o princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos e, então agir com base nesse princípio. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.69).

Diante dessa busca pela inclusão de pessoas deficientes na educação realizou-se em 1994 a declaração de Salamanca, que foi um dos mais importantes documentos que visam à inclusão. De acordo com a declaração de Salamanca (1994), qualquer pessoa com necessidades especiais tem o direito de se expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

O compromisso também foi assumido no Brasil com a criação de novas leis como: a constituição federal de 1988, o estatuto da criança e do adolescente (1990), a lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996) fortaleceram ainda mais o processo de inclusão da pessoa com deficiência dentro da escola regular comum.

Com isso sabemos que incluir o surdo na sala de aula regular de ensino é oferecer os mesmos direitos que os alunos ouvintes, pois o aluno surdo não é inferior aos outros colegas, ele pode desenvolver o seu potencial desde que consiga se comunicar com os professores e os demais alunos ouvintes e para que isso aconteça é necessário a o reconhecimento e valorização da língua de sinais, que é a língua materna do surdo.

A proposta de estudar essa temática veio da realidade que estamos vivendo atualmente, de uma educação inclusiva que inclua a todos, independente da sua deficiência, com escolas que atenda às necessidades especiais dos seus alunos. Sabemos que o surdo possui deficiência auditiva e a escola precisa se adequar preparando um ambiente que atenda a sua necessidade especial. “Para que a reforma das escolas obtenham sucesso, estas devem tornar-se claramente comunidades acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros, conectados e apoiados”. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.74).

O referente trabalho é importante para conhecermos a opinião de futuros professores que sentem a necessidade de mudanças nas escolas para incluir o surdo, pois a inclusão de alunos surdos se apresenta como um fato novo para os professores e profissionais ligados à educação, surgindo como um grande desafio para todos. Conforme STAINBACK “Os professores novatos na inclusão de alunos com necessidades especiais na turma de ensino

regular frequentemente necessitam de tanto ou mais apoio quanto os próprios alunos”. (1999, p.74).

No decorrer do trabalho iremos ver que os professores precisam de apoio para ensinar esses alunos, pois ainda não estão preparados, onde é dever da escola proporcionar a esses profissionais cursos preparatórios, pois o professor é um forte aliado nesse processo de inclusão do surdo dentro da escola regular.

O trabalho foi organizado da seguinte maneira:

Na primeira parte, denominada Fundamentação Teórica, dividimos em dois capítulos, onde no primeiro apresentamos conceitos e concepções que são abordados à inclusão, as leis que defendem o ensino inclusivo, o que é de deficiência, os tipos de deficiência e o estigma que essas pessoas carregam perante a sociedade por não serem considerados normais, com base nas ideias de autores e apoiadas em estudiosos no assunto. Já na segunda parte foram abordadas questões de legislações que garante os direitos de uma educação para todos, sem distinção. Onde importantes leis foram criadas para garantir o acesso daqueles que são considerados o grupo mais excluído do sistema escolar, são pessoas que possuem uma deficiência e que pelas leis vigentes tem os mesmos direitos que as pessoas consideradas normais.

Metodologicamente, caracterizamos os participantes da pesquisa, o método para obtenção dos dados e procedimento de análise dos mesmos. Realizou-se uma pesquisa quanti qualitativa, com caráter exploratório, com a realização de um questionário que foi aplicado com os mesmos que os estimula a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. A pesquisa foi realizada na universidade estadual da Paraíba - UEPB. Com alunos do 5º ano do curso de pedagogia.

A questão do presente estudo é: Qual conceito os alunos (as) do curso de pedagogia da UEPB têm sobre deficiência? Diante de tal questionamento, surgiu os nossos objetivos. O objetivo geral foi analisar a compreensão que os alunos de pedagogia do 5º ano têm sobre surdez. Os específicos foram: Descrever a importância e compreensão de surdez para os alunos do 5º ano de pedagogia; refletir sobre o processo educacional do aluno surdo na escola regular; mostrar que o aluno surdo tem as mesmas possibilidades que a pessoa ouvinte, precisando apenas ter suas necessidades atendidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABORDAGENS E CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA

Estamos presenciando em vários países o crescente interesse pela a inclusão educacional, que surgiu para incluir dentro do sistema educacional regular aqueles que são vulneráveis a exclusão. Nas últimas duas décadas a proposta de educação inclusiva ganhou força e determinados grupos que eram excluídos do sistema escolar adquiriram seus direitos estabelecidos por lei. Assim, “a educação inclusiva significa uma resposta à diversidade em todas as suas formas e cria um sistema educativo que se adapte a todos”. (STUBBS, 2002, p.24)

O papel da educação inclusiva é inserir todas as pessoas dentro do sistema escolar, respeitando a diversidade dos educandos e aprendendo a lidar com as diferenças, conforme a declaração dos direitos humanos o direito a educação para todos vai do ensino básico até o fundamental, ou seja, “toda pessoa tem o direito a educação. A educação deve ser gratuita pelo menos no ensino elementar e fundamental, o ensino elementar será obrigatório”. (UNESCO, 2009).

As pessoas que possuem alguma deficiência muitas vezes são excluídas da educação e, entre outros, os fatores que contribuem para esta exclusão, são a pobreza, a inacessibilidade que dificulta o acesso do aluno a escola, e o preconceito um dos fatores mais graves, por considerar a pessoa com deficiência um ser anormal. Segundo STUBBS (2002, p.24) “a educação inclusiva tem sido e ainda é bastante associada à inclusão de pessoas com deficiência e ao conceito de necessidades educacionais especiais”. Além disso,

Consequentemente, argumenta-se que as escolas precisam ser reformadas e a pedagogia deve ser melhorada, de maneira que possam responder positivamente a diversidade dos alunos, isto é, abordando as diferenças individuais não como problemas a serem concertados, mas como oportunidades para enriquecer o aprendizado. (AINSCOW, 1999, p.14).

Desse modo, o papel da escola é combater a exclusão educacional, pois é na escola que se devem trabalhar essas atitudes discriminatória com os alunos que possuem uma deficiência, e a participação dos professores e, daqueles que fazem parte do sistema escolar é

essencial para criar um ambiente propício para que esses alunos tenham uma educação de qualidade.

As crianças com deficiência podem ter acesso a uma educação primária e secundária gratuita e inclusiva, de qualidade e a uma educação em base de igualdade com os outros das comunidades onde vivem, e nenhuma pessoa com deficiência pode ser excluída do sistema educativo geral tendo como base sua deficiência. (STUBBS, 2002, p.26)

Considerando que a aprendizagem é um processo contínuo, as escolas precisam incentivar o ingresso desses alunos, e a partir do ambiente da sala de aula, priorizar o trabalho de inclusão mostrando que as diferenças precisam ser respeitadas e que o aluno com deficiência tem os mesmos direitos e deveres daqueles que são considerados normais, tendo o apoio necessário que necessitam para serem incluídos dentro da escola comum, pois um dos grandes desafios do sistema escolar, na atualidade, em todo o mundo é o da inclusão educacional.

Para promover o desenvolvimento para inclusão faz parte de uma estratégia mais abrangente, com o objetivo de criar um mundo onde exista paz, tolerância, uso de recursos sustentáveis e justiça social e onde as necessidades básicas e os direitos para todos se reúnem. (STUBBS, 2002, p.8)

Como enfatiza o autor supracitado para que ocorra o desenvolvimento da inclusão é preciso que sejam criadas estratégias, de modo que haja o envolvimento de toda a comunidade escolar, assim sendo tornar-se-á possível justiça social para todos, sem a negação dos seus direitos.

Nesse contexto, a escola deve ser reformulada para atender as necessidades educacionais do aluno, sair do comodismo e buscar soluções para que esses alunos tenham o acesso à escola que lhes é garantido por lei, de uma educação de qualidade para todos, de acordo com tais necessidades de cada um. “A educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu ensino para incluir todos os alunos”. (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p.21).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 (CDPD) abre novo terreno, como primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo para promover especificamente a educação inclusiva como um direito. A declaração de Salamanca, o resultado da conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais contribuíram muito para que Brasil construísse um sistema de inclusão educacional para todos.

O termo “pessoas com necessidades especiais” foi adotado na declaração de Salamanca para substituir o termo “pessoa deficiente”, pois evita os efeitos negativos daqueles utilizados no contexto educacional, para especificar essas pessoas que são portadoras de deficiência física, intelectual (mental) e sensorial (visão e audição). Sabemos que a deficiência é uma das causas que levam milhares de crianças, jovens e adultos a serem excluídas do ambiente escolar em nosso país e para compreendermos melhor como ocorre o processo de inclusão dessas pessoas dentro da escola primeiramente iremos rever o conceito do que significa a palavra deficiência.

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física que diz:

Art. 3º. – Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4º. – Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções. (BRASIL, 2013, p. 234)

Segundo DINIZ (2007, p.9) “de um campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, a deficiência também passou a ser um campo de humanidades”. A deficiência passa a não ser mais vista apenas por saberes médicos, ela passa a ser discutida e apoiada por todo o campo de humanidades, que reconhece a deficiência, mais não aceita os preconceitos e o estilo de vida que lhes eram impostos.

Se antes a questão da deficiência ficava somente entre o conhecimento da medicina, agora a deficiência é vista pelo meio que o cerca e “que a anormalidade era um argumento recorrente para explicar o encarceramento de pessoas com lesões físicas e mentais severas” (DINIZ, 2007, p.10).

Pois antes a deficiência era vista como um algo anormal, e as pessoas ficavam isoladas dentro de suas casas ou em instituições para serem tratadas das suas anormalidades, para só assim serem devolvidas a sociedade. “Diniz afirma que, os corpos são espaços demarcados por sinais que antecipam papéis a ser exercidos pelos indivíduos”. (2007, p. 13). Esses valores

simbólicos estariam ligados aos sinais corporais que as pessoas tinham, sendo a deficiência um dos atributos mais fascinantes.

Conforme Erving Goffman, o indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena, que não tem os atributos considerados comuns e naturais para viver em sociedade, que apresenta alguma deficiência seja ela visível ou não, essa pessoa carrega um estigma. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 2007, p.5).

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar há as abominações do corpo, as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontades fracas [...] (GOFFMAN, 2004, p.7).

As Pessoas estigmatizadas muitas vezes são afastadas do convívio social de outras pessoas e são privados dos mesmos direitos. “Tanto as mentes quanto os corpos saudáveis podem estar aleijados. O fato de que as pessoas normais possam andar ver e ouvir não significa que elas estejam realmente vendo ou ouvindo”. (2004, p.13)

Podemos observar que a maioria das pessoas que se incluem em determinada categoria por ter um estigma, passa a participar de grupo específico dentro da sociedade. O estigma é gerado pela desinformação e pelo preconceito, criando um círculo vicioso de discriminação e exclusão social. Conforme Goffman [...] “Grande parte daqueles que se incluem em determinada categoria de estigma podem-se referir a totalidade de membros pelo termo grupo ou nossa gente”. (2004, p.23).

Segundo Aranha “o século XX alimentou todo tipo de crença, mitos e preconceitos sobre a questão das pessoas portadoras de deficiência, a pessoa com deficiência ainda era concebida como um fardo para a sociedade”. (ARANHA, 2005, apud BORGES, 2010, p.12). A concepção de deficiência como algo anormal vinha sendo imposta desde o século XVIII e com o passar dos anos podemos ver que houve grandes avanços que possibilitaram essas pessoas com necessidades educativas especiais a viverem em sociedade.

E em pleno século XXI as mesmas conquistaram o direito de viver e conviver em comunidade, ser considerado um cidadão como qualquer outro, com os mesmo direitos de determinação e de uso de oportunidades na sociedade independentemente do tipo do grau de comprometimento que apresente. (ARANHA, 2005, apud BORGES, 2010, p.14).

E com muitas lutas e a garantia de direitos estabelecidos por lei, às pessoas com deficiência conseguiram assegurar os seus direitos e oportunidades como qualquer outra pessoa normal, independente do tipo de deficiência que a mesma foi acometida. Para isso foram criados documentos e leis em todo o mundo para que houvesse avanços e mudanças em relação às deficiências.

2.2 Legislações na educação especial na perspectiva da educação inclusiva

Com relação às políticas públicas, foram vários documentos criados para assegurar os direitos das pessoas com deficiência que eram excluídos, e para que isso acontecesse seria necessário que houvesse ações bem desenvolvidas e suas execuções para que esses direitos não lhes fossem negados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU 1948) reconhece que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos, [...] (art.1), sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou qualquer outra situação. (art.2). (BORGES, 2010, p.15).

Essa declaração nos assegura que não pode haver nenhuma forma de discriminação, e que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos, seja a uma educação de qualidade, de saúde, de se expressar e ao seu desenvolvimento pessoal e social.

A Conferência mundial sobre educação para todos foi realizada em Jomtien, na Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem.

Os países lembram que a educação é um direito fundamental de todos, no mundo inteiro. Que as oportunidades devem ser iguais para todos, declaram também que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades que é preciso tomar medidas para que a igualdade de acesso à educação dos portadores de deficiência no sistema educativo seja garantida, pois só assim vamos viver em um mundo mais seguro, sadio, próspero e ambientalmente mais puro. (BORGES, 2010, p.15).

No âmbito nacional as políticas públicas, o Brasil também assumiu compromissos e também se fez presente nas políticas públicas por meio da constituição federal de 1988 que estabeleceu que no art.3º, inciso IV “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No art.5º “todos são iguais perante as leis sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...]”. (BRASIL, 1988, s/p)

Ainda no decorrer do documento existem diversos compromissos com relação aos alunos com necessidades especiais. No art.208, inciso III lê-se que “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, s/p). O ensino deve ocorrer preferencialmente na escola regular para esses alunos que possuem uma deficiência, e isso representa anos de lutas para a inclusão desses alunos em escolas comuns, iguais às outras pessoas que são consideradas “normais” e que agora é um direito seu garantido por lei.

O estatuto da criança e do adolescente, lei nº 8.069, foi publicado em 1990 e esse estatuto prioriza os direitos legais para as crianças e os adolescentes. Com relação às pessoas com necessidades especiais educativas esse documento ressalta que os mesmos deverão ser atendidos preferencialmente no sistema regular de ensino, para que tenham os seus direitos legais garantidos de ir à escola regularmente.

A lei nº 7.853/89 foi criada para garantir as pessoas com deficiência a sua inclusão social, o documento tem como seu principal objetivo assegurar os seus direitos básicos, com relação à educação essa lei reforça os seus direito a educação dentro de uma instituição de ensino.

[...] punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I. Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (BRASIL, 1989, s/p).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, lei nº 9.394/96, aprovada em dezembro de 1996 inova quando trás no capítulo V, no art. 58 que fala especificamente dos direitos dos educandos com necessidades educacionais especiais, que tenham uma educação preferencialmente nas escolas regulares e declara que é dever do estado garantir a escolarização e a qualidade do ensino para esses estudantes, assim como determina como dever das escolas responder a tais necessidades desde a educação infantil ,art.3º.

As Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação é um importante documento cujo principal objetivo é orientar os sistemas educacionais acerca da educação de alunos com necessidades especiais em escola comum. No art. 2º as Diretrizes estabelecem que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001, s/p).

O documento supracitado engloba todos aqueles estudantes que tem necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o direito a escola em classe comum regular, onde a instituição de ensino tem o dever de assegurar uma educação de qualidade para esses alunos.

A conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso a qualidade na qual resultou na declaração de Salamanca (BRASIL, 1997). Esse documento internacional foi um dos mais significativos documentos que já apareceu na área de educação especial, que prioriza aos alunos com necessidades educacionais especiais que sejam matriculados preferencialmente nas escolas comuns e que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos, pois é na escola que se deve trabalhar essas atitudes discriminatórias. Além disso, sugere que tais escolas podem proporcionar educação eficaz para maioria das crianças, melhorar a eficiência, e conseqüentemente o custo benefício de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994).

A convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, que foi assinada pelo Brasil em 1999 também é denominada Convenção de Guatemala (BRASIL, 2010) reafirmou que as pessoas portadoras de deficiência possuem os mesmos direitos e liberdades fundamentais que as outras pessoas, e que as necessidades das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial e é preciso tomar medidas para que haja a igualdade de acesso à educação, como parte integrante do sistema educativo.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/CEB Nº 02/2001, no art.2 “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas a se organizarem para o atendimento aos educandos que possuem necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001, s/p). As escolas devem se organizar para atender a esses alunos que possuem necessidade educativa especial que irão ser matriculados, assumindo um compromisso de construir um ambiente inclusivo para atender as necessidades educativas especiais dos alunos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Com a finalidade de alcançar o que propomos na pesquisa, isto é, analisar a compreensão que os alunos do 5º ano do curso de Pedagogia tem sobre a surdez é indispensável nesse percurso, o método de estudo, visto que, por meio dele é possível, cientificamente, a obtenção dos dados e os procedimentos de análise dos mesmos.

Para tanto, nos apoiamos na pesquisa quanti-qualitativa, por ser uma metodologia que agrega aspectos quantitativos e qualitativos, onde utilizamos um questionário, com perguntas claras e objetivas como coleta de dados, em que o pesquisador irá juntar as informações obtidas e transformar em números utilizando um gráfico para mostrar os resultados.

3.2 Cenário e participantes da pesquisa

Nossa pesquisa fora realizada na Universidade Estadual da Paraíba, no dia cinco de setembro, na cidade de Campina Grande- Paraíba. Onde a instituição é reconhecida como um centro de ensino, pesquisa e extensão, que produz conhecimento para o desenvolvimento da Paraíba e que possui uma diversidade de alunos que vem de todos os lugares, de níveis econômicos diferentes, que possui alunos com vários tipos de deficiência compartilhando com os demais alunos o conhecimento.

O espaço físico da instituição é amplo, com acessibilidade para as pessoas com deficiência, onde possui atualmente três alunos surdos, três interpretes de libras para auxiliá-los e sala de AEE. Escolhemos a UEPB por ser uma instituição de ensino superior reconhecida pela sua trajetória acadêmica e que possui excelentes professores. Fizemos a pesquisa com estudantes de pedagogia pelo fato de serem alunos da área de educação, onde a maioria atua em escolas e possui experiências com alunos que possuem uma deficiência, e conhecem de perto os desafios que essas pessoas encontram dentro do ambiente escolar para ter os seus direitos garantidos.

Os participantes da pesquisa foram alunos do 5º ano de pedagogia noturno da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Onde alguns já trabalham como professores e possuem alunos com deficiência em sua sala de aula, com Autismo e Síndrome de Down.

3.3 Coleta de dados

Na intenção de compreendermos melhor como pensam os participantes da pesquisa, realizamos a coleta de dados da seguinte maneira:

Primeiramente, mantivemos contato com o orientador e conversamos sobre um assunto que está sendo bastante discutido atualmente, que é a inclusão educacional, com isso pensamos em fazer nosso trabalho com alunos de pedagogia para saber suas opiniões com relação à inclusão do aluno surdo dentro da escola regular. Sabemos que o surdo tem uma deficiência auditiva, que o impossibilita de se comunicar pela linguagem oral, sendo necessário o ouvinte aprender a língua de sinais que é língua oficial do surdo e isso nos proporcionou realizar esse trabalho com profissionais de educação.

Quanto à segunda parte optamos pelo questionário na tentativa de atender as exigências da nossa pesquisa haja vista ser o mesmo “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS 2003, p. 201). Elaborado com questões simples, a fim de possibilitar aos participantes, respostas espontâneas sem qualquer persuasão da nossa parte. Desse modo, consideramos um instrumento capaz de nos propiciar confrontar ou comparar os posicionamentos dos participantes da pesquisa, com as teorias refletidas e, com as nossas considerações.

Os questionários adotados para os alunos constam das seguintes questões:

- Trabalham ou não com alunos com necessidades educacionais especiais.
- O conhecimento com a língua brasileira de sinais.
- Visão sobre as dificuldades encontradas pelos surdos e pelos ouvintes
- Compreensão da surdez
- Opinião sobre o contato com o colega surdo na escola
- Visão da inclusão do aluno surdo
- Opinião sobre a escola regular e o professor em relação ao aluno surdo
- Conhecimento sobre o ensino de libras na escola
- Conhecimento sobre o ensino de libras na universidade

Para tanto, mantivemos um contato com os alunos com a finalidade de realizarmos a entrega dos questionários. Justificamos o nosso compromisso com a questão ética, ou seja, não colocando os seus verdadeiros nomes, mas pseudônimos de acordo com a escolha de cada uma. Onde o questionário foi aplicado com os mesmos na sala de aula e em seguida nos foi entregue.

3.4 Análise e interpretação dos dados

Os nossos procedimentos em relação à análise e a interpretação dos dados, são realizados por meio de uma análise descritiva, que segundo Gil “O primeiro contato do pesquisador é o de descrever os dados obtidos, ou mais precisamente, caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações”. (2008, p.180). Com isso buscamos após a coleta, trato e análise dos dados apresentar os resultados obtidos, pois aplicamos um questionário, analisamos, compreendemos e interpretamos segundo a opinião dos respondentes.

Pesquisa qualitativa é um tipo de método de investigação de base linguística-semiótica usada principalmente em ciências sociais, costumam-se considerar técnicas qualitativas todas aquelas entrevistas abertas, grupos de discussão ou técnicas de observação de participantes. A investigação quantitativa atribui valores numéricos às declarações ou observações, com o propósito de estudar com métodos estatísticos possíveis relações entre as variáveis, enquanto, a investigação qualitativa recolhe os discursos completos dos sujeitos [...] (BRASIL, 2017,s/p).

Sabemos que o questionário estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto abordado, onde os resultados são apresentados por meio de relatórios, Seguindo esses critérios escolhemos a pesquisa quanti qualitativa, pois ambas as modalidades não podem ser consideradas excludentes, apenas se distinguem por terem suas funções específicas.

Para GIL,

Não se pode negar que os procedimentos estatísticos são muito úteis e devem, sempre que possível, ser utilizados nas pesquisas sociais. Afinal, a Estatística é uma ciência e sua contribuição para o desenvolvimento de pesquisas nos mais diversos campos do conhecimento é inquestionável. (2008, p.197).

A partir dessas observações utilizamos o gráfico para mostrar em números que a maioria dos respondentes não trabalha com alunos com deficiência, esses resultados mostram que a educação inclusiva não está funcionando como deveria, sendo necessária a participação de todos dentro das escolas, independente de suas necessidades especiais.

Conforme os participantes da pesquisa, a educação está sendo negada para os alunos surdos, pois é necessário investimentos do governo para que os mesmos garantam seus direitos que são estabelecidos por lei. Segundo “A conferência mundial de 1994 da UNESCO sobre necessidades educacionais especiais declara que o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural”. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.21).

Portanto o ensino exige reforma, reestruturação e renovação por parte dos governantes e das escolas, onde devem investir na capacitação de professores, materiais pedagógicos adaptados e a presença de interpretes de libras para auxiliar durante as aulas, tornando a comunicação entre professor, aluno ouvinte e aluno surdo possível. Conforme Vygotsky (2002), “a construção do conhecimento acontece a partir do processo de interação entre as pessoas, que pode ser entre aluno-aluno ou professor-aluno, desde que os indivíduos saibam mais do que o outro e ofereça condições de facilitar a aprendizagem do outro”. (apud SOBREIRA, 2017, p.42).

Segundo os participantes é necessário investir em cursos de capacitação para os professores, pois a instituição de ensino não está preparada para receber os alunos surdos, onde a língua de sinais deve ser valorizada entre a comunidade ouvinte, pois a libras garantirá a todos o conhecimento da primeira língua oficial do surdo e ambos poderiam trocar experiências e conhecimentos.

Para os respondentes o ensino de libras nas escolas garante autonomia e a valorização da cultura surda e só assim o surdo se constitui dentro de um espaço social onde se vê como parte. Além disso, para que essas mudanças aconteçam é preciso a união de todos para representar a força cultural que o aluno surdo necessita para que a educação inclusiva possa ser colocada em prática.

A comunidade é o vínculo que une os alunos e os professores de maneira especial, a algo mais importante do que eles próprios: Valores e ideias compartilhados. Eleva tanto professores quanto os alunos a níveis mais elevados de autoconhecimento, compromisso e de desempenho, além do

alcanço dos fracassos e das dificuldades que enfrentam em suas vidas cotidianas. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.51).

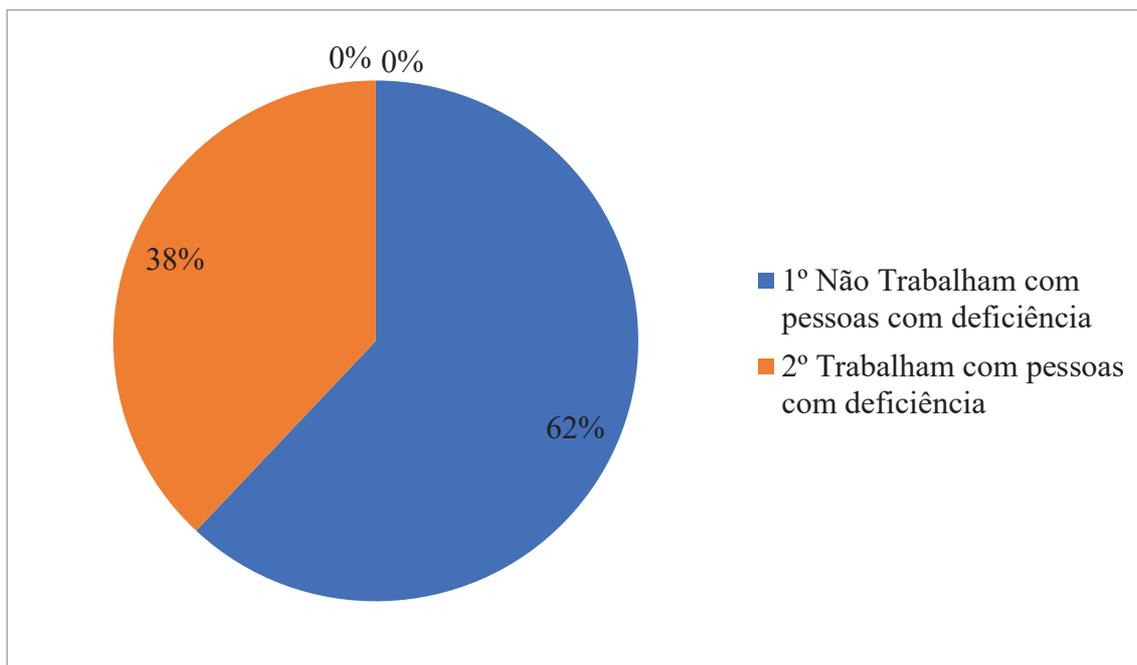
Conforme o questionário que foi respondido pelos concluímos que o surdo ainda tem um longo caminho a percorrer para que os seus direitos sejam de fatos adquiridos dentro da escola regular, pois vemos que existe um despreparo por parte dos profissionais da educação e que há um desajuste entre as leis e as práticas de inserção para o surdo na escola regular, onde é mais um aluno surdo dentro sala de aula, em uma escola pensada por ouvintes e para ouvintes.

Com isso vemos que é preciso criar meios mais eficazes para a inserção do surdo na escola regular, que lhe assegure uma educação que contemple suas especificidades e lhes garanta os seus direitos. Portanto a nossa caminhada metodológica, além de nos ajudar na condução da pesquisa, nos deu credibilidade aos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais

O gráfico a seguir, nos mostra o resultado do questionário feito pelos participantes que estão cursando o 5º período do curso de licenciatura em pedagogia, no turno da noite, na universidade estadual da Paraíba- UEPB. Onde os mesmos responderam se trabalham com pessoas com deficiência e 62% respondeu que não trabalha com pessoas com deficiência e os outros 38% responderam que trabalha com pessoas com deficiência, sendo que 2% especificaram que trabalham com crianças que possuem autismo e síndrome de Down.



Fonte: Dados da Pesquisa

Podemos observar que o número de participantes que trabalha com alunos com deficiência é menor do que os que não trabalham esses dados refletem a realidade de uma sociedade excludente que afasta o deficiente do meio em que ele vive. Sabemos que é lei a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, que são seres humanos e cidadãos com direito a educação e para que haja a inclusão desses alunos dentro da escola regular é necessária à utilização de estratégias pedagógicas que considere a especificidade da deficiência.

Avaliamos que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma (GOFFMAN, 1988; GLAT, 1998).

Muitas vezes a falta de preparo e de informação do professor impede a sua prática pedagógica sensível às necessidades do aluno com deficiência, onde as escolas não oferecem subsídios para se trabalhar com esses alunos e suas dificuldades. Para que essa realidade mude é preciso investir na capacitação do professor para que os mesmos possam aprender e ensinar de acordo com a necessidade educacional dos seus alunos.

Resumindo, podemos dizer que o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso,

necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar. (PLETSCH, 2009, s/p)

Fica evidente que são poucos os participantes que trabalham com pessoas com deficiência, mostrando a necessidade de uma sociedade mais inclusiva, onde todos devem interagir um com o outro, sem separação de categorias de aprendizagem e proporcionando uma educação de qualidade para todos.

4.2 O conhecimento com a língua brasileira de sinais

Em relação a referente questão, os participantes responderam:

Participante 1: Sim, tenho conhecimento.

Participante 4. Sim, consigo me comunicar com eles mais só sei o básico.

Participante 6. Conheço, mais não tenho formação.

Participante 7. Muito pouco, o conhecimento que possuo limita-se ao alfabeto de sinais.

Participante 10. Tenho pouco conhecimento, mais tenho vontade de aprender.

Participante 11. Não possuo conhecimento, mais tenho vontade de aprender.

Participante 14. Não conheço o alfabeto de sinais, apenas parcialmente.

Participante 16. Razoável, mais tenho vontade de aprender.

Analisando as respostas percebe-se que os participantes do número 1 ao 6 responderam que tem conhecimento de libras, enquanto os demais disseram que tem pouco ou nenhum conhecimento, isso nos mostra que a comunicação entre o surdo e o ouvinte quase não acontece, tornando a pessoa surda quase invisível pelo grupo dos ouvintes.

É através do pensamento e linguagem que o indivíduo se comunica com o outro e se desenvolve como ser pensante dentro da sociedade. O indivíduo surdo através da língua de sinais é capaz de expressar qualquer assunto do seu interesse e conhecimento, usando a língua natural do surdo. Segundo Vygotsky (2006) “sobre a relação pensamento-linguagem considera a importância da linguagem para a comunicação entre as pessoas, e, sobretudo, para o desenvolvimento do indivíduo como ser pensante”. (DORZIAT; 1999, s/p).

Sabemos que o surdo e o ouvinte em alguma etapa de suas vidas irão interagir uns com os outros em contextos culturais e sociais, essa relação gera um grau de dificuldade a partir do momento em que ambos são usuários de línguas diferentes e que é extremamente importante que o ouvinte tenha conhecimento da língua brasileira de sinais para se comunicar com o surdo.

A comunicação é, sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social. É oportuno, pois, reconhecer a necessidade de novos estudos que sirvam de suporte á métodos educacionais e ofereça a comunidade surda melhores condições e de exercerem seus direitos e deveres e de cidadania. (FERNANDES, 2000, p.49)

O ensino de libras desde as séries iniciais possibilitaria uma melhor comunicação entre o ouvinte e o surdo, pois o ouvinte aprenderia a língua materna do surdo e a comunicação entre ambos seria possível, possibilitando a todos condições para se apropriar dessa linguagem. “A nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem”. (BRITO; DIZEU, 2005, s/p)

A língua de sinais tem como meio propagador o campo gesto-visual, o que a diferencia da língua oral, que utiliza o canal oral-auditivo. Além dessa diferença, também apresenta antagonismos quanto às regras constitutivas. No entanto, a língua de sinais deve ser respeitada como língua, pois assume a mesma função da língua oral, a comunicação. (BRITO; DIZEU, 2005, s/p).

A língua de sinais é a forma de sinais mais acessível para os surdos, tornando sua língua oficial e que vai ajuda-los na sua constituição como sujeitos, na interação com outros surdos e ouvintes, construindo assim novos conhecimentos.

4.3 As dificuldades encontradas pelos surdos e pelos ouvintes com relação à aprendizagem na escola regular comum ocorre na mesma proporção

Em relação a este questionamento, obtivemos as seguintes opiniões:

Participante 1: É relativo, se o surdo tiver todo o suporte de profissionais preparados para atender as necessidades deles sim. Mas caso ele pegue um profissional que não esteja preparado às dificuldades serão maiores.

Participante 2: Provável.

Participante 3: De acordo com meus amigos surdos, posso dizer que na verdade possuíam uma inteligência de fácil compreensão. Diversas vezes eu errava muito em exatas e eles tiravam sarro de mim por conta das notas baixas.

Participante 4: Para o surdo o grau de dificuldade é maior, pois a maioria dos professores não tem o conhecimento a respeito e as escolas que possuem interprete há dificuldade diminui, mais não desaparece. A grande dificuldade deles é a comunicação com os que o rodeia na escola já que são vitimados.

Participante 6: De forma alguma. Um deficiente auditivo além das dificuldades cognitivas, precisa enfrentar uma grande barreira, a falta de comunicação clara! Além disso, provavelmente um aluno surdo tem dificuldades quanto à oralidade.

Participante 7: Suponho que para a pessoa surda seja mais difícil, pois o mundo não foi feito para suas necessidades.

Participante 8: Creio que não, pois nem todos os professores estão preparados para atender alunos que tenham essa dificuldade.

Participante 9: Quanto ao potencial de aprender sim, mais quanto as dificuldades de acesso a aprendizagem não. A nossa sociedade não dispõe de condições precisas para acolher estes indivíduos com deficiência.

Participante 10: Não ocorre na mesma proporção, porque para o aluno surdo a dificuldade será bem maior, se não houver uma pessoa que saiba libras para transmitir para ele o que está sendo passado.

Participante 11: Acredito que vai depender do estímulo que é fornecido ao indivíduo, se a aprendizagem for bem direcionada nos ambos os casos, a dificuldade de aprendizagem será menor.

Participante 12: Claro que não.

Participante 13: Não, para eles a dificuldade é bem maior, devido a falta de profissionais qualificados em sua área.

Participante 14: Lógico que não, o aluno surdo possui maior dificuldade que um aluno ouvinte.

Participante 16: Não, pois o aluno surdo já tem algumas habilidades adquiridas de acordo com sua dificuldade e o aluno ouvinte muitas vezes é disperso, os sentidos não são muitos explorados.

Ao analisarmos as respostas podemos observar que a maioria dos participantes respondeu que o aluno surdo enfrenta maiores dificuldades com relação à aprendizagem do que o aluno ouvinte, e os fatores que contribuem para essa realidade vão desde a falta de profissionais qualificados; a falta de interpretes para auxilia-los nas aulas; a falta de conhecimento da língua de sinais por parte dos ouvintes. O participante seis acredita que o surdo tem dificuldades cognitivas e isso não procede, pois o surdo não tem dificuldade de aprendizagem, o mesmo tem deficiência auditiva e isso lhe impossibilita de ouvir sons.

A nossa sociedade não oferece condições para que o surdo desenvolva sua linguagem, sabemos que é através das mãos que o surdo pode se comunicar e o aprendizado da língua de

sinais para os ouvintes é de extrema importância, pois tornará o processo de interação entre ambos mais satisfatórios.

[...] A língua de sinais possui todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural. Como as demais línguas orais, ela não é universal; ao longo do território brasileiro, apresenta variações que advêm das características regionais, sociais e culturais de cada lugar. (LACERDA; ALBRES e DRAGO 2013, s/p).

O uso da língua de sinais é essencial para a comunicação da comunidade surda, assim como papel do professor no processo de ensino aprendizagem, pois o mesmo deve ser um mediador entre o sujeito que aprende e o conhecimento e deve valorizar a diversidade como um aspecto importante no processo de ensino aprendizagem. Mais sabemos que o despreparo e a falta de conhecimento desses profissionais estão diretamente relacionados à falta de formação ou capacitação recebida e por isso é essencial que os professores tenham cursos de capacitação e formação para ensinar a esses alunos com necessidades especiais. “É relevante destacar que, de modo geral a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos”. (LIBÂNEO, 1998)

Resumindo, podemos dizer que o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar. (PLETSCH, 2009 s/p)

Os participantes entrevistados percebem que o surdo tem uma dificuldade maior em aprender do que o ouvinte, sendo necessário a escola estruturar-se quanto aos recursos humanos, físicos e materiais, organizando para que todos partilhem o conhecimento.

4.4 A compreensão da surdez

Quanto a uma compreensão acerca da surdez, os participantes opinaram o seguinte:

Participante 1: Surdez é uma condição especial que não impede que o indivíduo viva plenamente de acordo com suas possibilidades.

Participante 3: Devido algum motivo durante a gravidez a criança pode nascer sem os sentidos de fala e audição e até mesmo geneticamente.

Participante 4: Surdez é uma pessoa que não tem a audição, ou tem pouca ou quase nada..

Participante 6: Para mim a surdez é uma anomalia que o indivíduo traz consigo e impossibilita ouvir sons. Vale salientar que a surdez pode ser desde o nascimento e, também, adquirida.

Participante 8: Eu entendo que surdez é uma pessoa que não consegue ouvir, ou que pelo menos apresente uma dificuldade e necessite utilizar algum aparelho auditivo.

Participante 9: Entendo que é um tipo de deficiência que a pessoa já nasce com ela e não usa os mesmos meios para se comunicar com a sociedade considerada “normal”.

Participante 10: É um problema de saúde onde a pessoa nasce assim ou pode adquirir por algum fato ou doença.

Participante 11: Entendo que é uma limitação na fala e na audição.

Participante 12: Ausência ou dificuldade para ouvir sons semelhantes.

Participante 13: Sinceramente, pessoas que não ouvem.

Participante 15: Ausência total ou parcial da fala.

Participante 16: Surdez é a capacidade de ouvir seja em pequena ou grande proporção.

Os participantes compreendem por surdez a pessoa que não possui audição e a fala, causando-lhe limitação. Ao pesquisarmos no dicionário podemos observar que a palavra surdez significa: condição daquele que não ouve ou ouve muito pouco. Causando uma deficiência na pessoa que a possui, diante do problema o surdo é visto como inferior, causando-lhe um isolamento total diante das demais pessoas consideradas “normais”.

Pois a surdez não consiste somente em uma deficiência sensorial, mais sim em algo mais complexo, pois consequências sociais da condição da surdez podem fazer com que o sujeito não consiga se comunicar com a sociedade de um modo geral, causando isolamento e discriminação para com essas pessoas. (CROMACK, 2004, s/p)

A linguagem desempenha um papel importante em nossas vidas, pois é através dela que começamos a perceber o mundo que nos cerca e com o surdo não é diferente, pois o surdo fala com as mãos através da linguagem de sinais. ”A linguagem desempenha importante papel na percepção, pois a pessoa começa a perceber o mundo não apenas através dos olhos, mas também da fala, que se torna parte essencial do seu desenvolvimento cognitivo.” (RODRIGUEIRO, 2000, s/p).

Os participantes entrevistados compreendem que o único canal de comunicação entre o surdo e o ouvinte é a libras, sendo necessário que o ouvinte aprenda a falar com as mãos para interagir com o surdo.

4.5 O contato com o colega surdo na escola

Sobre a questão a seguir, os participantes apresentam as seguintes opiniões:

Participante 1: Ainda não estudei.

Participante 2: Não tive contato ainda.

Participante 3: Sim, já estudei em um curso técnico com uma aluna surda.

Participante 9: Não.

Participante 10: Já estudei quando era criança no ensino fundamental.

Participante 11: Nunca estudei, porém, tenho um tio surdo.

Podemos observar que a maioria respondeu que não estudou com o surdo e isso nos mostra que a presença desses alunos dentro do sistema escolar é muito significativa. Esses dados apontam a exclusão do surdo na escola regular, pois a maioria dos alunos não consegue terminar seus estudos por conta da má condição de ensino que lhes são impostos.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, p.166)

O objetivo do ensino inclusivo é incluir o surdo dentro da escola regular, mais para isso o surdo precisa ter o apoio que necessita de professores capacitados, interpretes para que haja as intervenções entre o surdo e o ouvinte e também para auxiliá-los nos trabalhos em classe, pois o aluno surdo precisa estar inserido no ambiente escolar e a escola precisa atender as suas necessidades.

A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para

organização de atividade, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos. (LACERDA, 2006, p.167)

A escola regular é o meio mais eficaz de se combater atitudes discriminatórias e o espaço de oportunizar a todos os mesmos direitos como cidadão. A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. (LACERDA, 2006, p.181)

[...] as escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Observamos que é necessário refletir sobre escola inclusiva e a realidade em que o surdo está inserido, onde é dever dos governantes e de toda a comunidade escolar proporcionar um ambiente inclusivo, com surdos e ouvintes interagindo através da perspectiva da realidade.

4.6 A inclusão de alunos surdos na ótica dos entrevistados

Sobre o referido questionamento, as opiniões são:

Participante 1: Desde que preparem os profissionais da educação para receber esses alunos, concordo; não só os da educação, mas todos os profissionais da instituição.

Participante 2: Concordo desde que o professor tenha uma capacitação para trabalhar essa diversidade.

Participante 3: Por experiência própria, acho exequível mesmo com algumas limitações, mas nada que não seja decodificado por seu interprete.

Participante 4: Se houver um interprete para todos seria muito bom, já que nem todos conseguem entende-los.

Participante 5: Eu acredito ser possível e necessário, desde que haja o acompanhamento de profissionais especializados.

Participante 6: Incluir alunos surdos no ensino regular é um grande desafio, uma vez que a falta de qualificação dos professores é um obstáculo que não

pode ser negligenciado. A alternativa deve ser incluir no currículo de licenciatura obrigatoriamente o curso de libras.

Participante 7: Desde que o professor ou auxiliar possua habilidades para o ensino, concordo.

Participante 8: Apoio totalmente, o que falta são profissionais capacitados e condições melhores de trabalho.

Participante 9: Sou a favor que participem e sobretudo que haja condições necessárias para acolhe-los.

Participante 10: Sou totalmente a favor, eles têm capacidade de aprender como qualquer aluno e acho que todas as escolas deveriam ter um profissional preparado para ensinar ao aluno surdo.

Participante 11: A inclusão deve ser feita desde que os professores bem como a comunidade escolar estejam aptos a comunicar-se com esses alunos, fazendo-os sentir em um espaço acolhedor e comum.

Participante 12: Sou totalmente de acordo, é valido salientar que para isto é preciso ter professores capacitados.

Participante 13: É importante para interação, porém fica a preocupação do bem-estar deles, se realmente vão ser compreendidos e se terão um desenvolvimento afetivo.

Participante 14: Em minha opinião não funciona pelos mesmos motivos já mencionados, a falta de preparo dos professores e da estrutura dos estabelecimentos de ensino.

Participante 15: É uma boa iniciativa de inclusão, desde que os profissionais e a instituição de ensino estejam preparados para receber este público.

Participante 16: É interessante se realmente existir tanto na infraestrutura, como na parte pedagógica subsídios para desenvolver os alunos como um todo; no social, intelectual, etc.

Conforme a opinião dos participantes a educação deve ser para todos, sem nenhuma forma de discriminação, onde haja respeito e esforço na garantia dos direitos de uma escola de qualidade. O participante 14 acredita que a inclusão do surdo na escola regular não funciona por diversos motivos, que vai desde o despreparo de professores e a estrutura dos estabelecimentos de ensino.

Mas, a atual política nacional de educação sugere que a educação seja integrada atendendo a todos, incluindo aqueles que possuem uma deficiência e temos testificado em documento essa lei, pois a declaração de Salamanca nos garante esse direito. “O objetivo dessa declaração é promover a educação para todos”. (PERLIN E QUADROS, 1997, s/p).

Sabemos que a educação inclusiva trouxe mudanças para o sistema educacional, antes por ser um sistema excludente e segregado para um sistema educacional que se compromete com a qualidade e eficiência do ensino, atendendo a necessidade de todos. “A educação para todos implica, portanto, um sistema educacional que reconhece, respeita e responde, com

eficiência pedagógica, a cada aluno que nele se encontra inserida”. (SILVA E ARANHA, 2005, s/p).

Nessa perspectiva, uma possibilidade de inserção do aluno surdo nas classes regulares é ele ser acompanhado de um intérprete de língua de sinais. Dessa forma, o aluno recebe a informação escolar na língua de sinais, que é sua língua de domínio, de uma pessoa com competência nessa língua. Ao mesmo tempo, o professor ouvinte ministra suas aulas sem se preocupar em como passar esta ou aquela informação em sinais, atuando em uma língua que domina. (LACERDA, 2013, s/p).

Conforme Lacerda, para que o aluno surdo seja inserido na escola regular é preciso que ele seja acompanhado por um intérprete de língua de sinais, onde o professor ouvinte pode dar sua aula sem preocupações, pois sabe que o aluno surdo vai ter um rendimento satisfatório em suas aulas e a escola precisa adaptar-se as necessidades desse aluno para inseri-lo dentro da instituição escolar.

Compreendemos que todos os participantes veem a necessidade de uma escola que deva oferecer uma educação de qualidade para o surdo e que tenha igualdade de oportunidades para ambos, surdos e ouvintes.

4.7 A escola regular e o professor estão preparados para receber os alunos surdos

No que se refere à questão se a escola regular e os professores estão ou não preparados para trabalhar com o aluno surdo, as opiniões dos alunos são:

Participante 1: Não estão preparados.

Participante 2: Nem todos, embora muitos já estejam numa formação contínua.

Participante 3: Como qualquer inclusão, é temível as falhas, mais jamais inatingível e se houver a dedicação da instituição teremos uma inclusão com sucesso.

Participante 5: Não, a formação no que se diz respeito a alunos com essa deficiência é muito precária.

Participante 7: Não todos, não tenho conhecimento nessa área.

Participante 8: Não, nenhum dos dois estão preparados para receber alunos surdos.

Participante 10: Em minha opinião não estão preparados, deveria todas as escolas fazer um curso para aprender libras.

Participante 11: Não, é necessário investir em formação.

Participante 13: Depende. Se o professor já estiver tido experiência de algum aluno em sala com deficiência e ele se instrui para isso sim, mais se não teve oportunidade ou experiência, não.

Participante 15: Não, pois os cursos universitários não oferecem a devida formação voltada para esses alunos.

Participante 16: Infelizmente não são todos, mais a grande maioria, existe uma demanda de profissionais não qualificados para assumir grande responsabilidade e fora que as instituições não estão adequadas, cada vez mais precárias.

Ao analisarmos as respostas dos participantes podemos observar que a maioria respondeu que os professores e as instituições de ensino não se encontram preparados para receber o aluno surdo, pois os professores não tem a formação adequada para ensinar ao surdo e as escolas não tem uma estrutura para atender os mesmos.

Sabemos que para a proposta de inclusão na regular ocorrer plenamente o mínimo que se pode fazer é preparar todos os envolvidos para recebê-los e só assim poder pensar na inclusão de fato.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, s/p)

Conforme Lacerda, a escola deve valorizar a diversidade, criando espaço para o desenvolvimento do ouvinte e do surdo, onde a escola irá pensar em atividades integradas para ambos respeitando as diferenças. “A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados”. (2006, s/p).

Segundo os participantes não basta à escola abrir às portas e deixar esse aluno a mercê dentro da instituição, é necessário que a escola tenha professores capacitados, materiais didáticos apropriados para as suas dificuldades para que o surdo tenha os mesmos direitos que todas as pessoas.

4.8 O ensino de libras na escola

Os alunos opinam sobre ensino de libras na escola da seguinte maneira:

Participante 1: Se a intenção é a inclusão o ensino de libras deve ser direcionado a todos, uma pequena camada de pessoas não poderá incluir plenamente um surdo na sociedade.

Participante 2: Todos os alunos, para que haja um bom desempenho do trabalho é necessário uma integração.

Participante 3: Todos os alunos, não precisamos diferenciar os saberes, devem ser compartilhados as mais formas variadas de ensino.

Participante 5: Deve ser uma atividade voltada para todos, pois assim possibilita a comunicação entre todos os indivíduos.

Participante 7: Todos, mais que seja optativo.

Participante 8: O ensino de libras deve ser voltado para todos os alunos, por isso tornaria a aprendizagem e a inclusão mais plena.

Participante 9: Não, todos nós professores precisamos estudar sobre, uma vez que irá nos dar suporte no trabalho e na vida se recebermos pessoas com tais necessidades.

Participante 12: Todos, para uma melhor conversação e interação na sociedade como um todo.

Participante 13: Deve incluir a todos, pois em caso de precisão já se sabe alguma coisa.

Participante 14: Acredito que ao menos o básico do ensino de libras, deveria abranger a educação no geral.

Participante 16: Todos os alunos, para ser visto como natural, pois às vezes o que bloqueia e gera muitos transtornos é a forma como se diferencia e restringe determinados grupos. Somos todos iguais, porém alguns com poucas dificuldades, outros com muitas, existem uma grande diversidade em nosso país.

Vemos que a maioria dos respondentes acha que o ensino de libras deve ser direcionado a todas as pessoas, apenas o respondente numero sete respondeu que o ensino de libras seja optativo na escola regular. Sabemos que para o surdo ser compreendido é necessário que os ouvintes aprendam sua língua e a escola regular junto com seus integrantes devem aprender libras, que é língua oficial do surdo.

As escolas regulares devem ter o ensino de libras, com o intuito de proporcionar um ambiente inclusivo, a lei de diretrizes e base da educação nacional reconhece o direito de todas as pessoas com deficiência a uma educação de melhor qualidade nas escolas regulares e para que essa inclusão de fato aconteça é preciso que a comunidade escolar esteja preparada para receber esse aluno.

Com base na declaração de Salamanca, a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), de 1996, reconhece o direito de todas as crianças, normais ou com necessidades especiais, à educação de melhor qualidade, preferencialmente nas escolas regulares de ensino. (SILVA; PEREIRA, 2003, s/p).

Segundo os participantes, a escola deve incluir a disciplina de libras para que desde cedo os alunos surdos e ouvintes pudessem conhecer e praticar essa língua, facilitando assim o processo de inclusão educacional.

Segundo Lacerda “a língua de sinais pode estar presente no espaço de sala de aula, colaborando para as relações que envolvem todo o espaço educacional”. (2000, s/p),

Não há prejuízos trazidos pela presença dessa língua em sala de aula; ao contrário, ela impõe uma diversidade que torna a linguagem um objeto de constante reflexão. Abre possibilidades para que todos, ouvintes e surdo, se pensem e se repensem nas relações com os objetos de conhecimento. (LACERDA; 2000, s/p).

A língua de sinais possui riquezas linguísticas da mesma forma que as línguas orais, oferecem as mesmas possibilidades de constituição de significados cumprindo, assim, um papel fundamental na educação de surdos. Sendo assim compreendemos que o ensino de libras na escola regular é essencial para o surdo e o ouvinte.

4.9 O ensino de libras na universidade

E, por último, as opiniões são as seguintes:

Participante 1: Com certeza é o primeiro passo para a inclusão, principalmente nos cursos de licenciatura em que há a probabilidade de que o professor trabalhe com este público.

Participante 2: Com certeza porque não sabemos em que momento vamos nos deparar com um aluno surdo em nossa sala.

Participante 3: Importante, acredito que seja indispensável não apenas para acadêmicos de licenciatura, mais todos os cursos.

Participante 7: Não, mais deve ser aberta a todos os interessados e se for obrigatório seria justo que outras especialidades garantisse os mesmos direitos.

Participante 8: Sim, importantíssimo. Pois é essa a realidade que o professor vai enfrentar e o professor tendo conhecimento será mais fácil trabalhar com os surdos, não teremos tanto temor quando nos deparar com essa situação.

Participante 9: Com certeza, deveria haver em todos os períodos do curso.

Participante 10: Com certeza, assim existirá mais profissionais que irão incluir o aluno surdo no ambiente escolar.

Participante 11: Sim, podemos estudar com algum aluno surdo ou falar a um público que tenha essa dificuldade, pois a linguagem deve ser acessível a todos.

Participante 13: Sim, para termos oportunidade de aprender sobre um assunto tão importante como esse.

Participante 14: Sim, pois se esse ensino fosse destinado a todos talvez a proposta da inclusão começasse a funcionar.

Participante 16: Não só importante como essencial.

Ao analisar as respostas dos participantes observamos que apenas um participante discordou do ensino de libras na universidade e os demais responderam que o ensino de libras na universidade é essencial, pois quando pensamos em educação inclusiva é necessário que todos estejam incluídos.

Sabemos que o reconhecimento de libras como língua oficial dos surdos é uma conquista para que se respeite e mostre o deficiente auditivo como cidadão, com os mesmos direitos que os ouvintes de estar integrado na sociedade e dentro do sistema escolar não são diferentes, pois com a qualificação dos professores e dos demais profissionais envolvidos haverá uma integração e a valorização da língua de sinais nos diferentes níveis de ensino.

[...] em 2005, o Decreto Federal 5.626/05 instituiu um novo cenário político com relação ao reconhecimento da diferença linguística dos surdos. Para tanto, insere a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. De igual forma, constituiu a disciplina de Libras como optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011, s/p).

Com isso vemos a importância do reconhecimento da língua de sinais em curso superior, impulsionando a inserção social do surdo, pois o mesmo irá participar das aulas de maneira ativa e consciente no meio social, já que a sua língua materna será respeitada e conhecida por todos. A formação de professores bilíngues (língua de sinais e português), a

presença de professores surdos e intérpretes de língua de sinais para atuarem no ensino superior é essencial para transformar a realidade educacional que os surdos estão inseridos.

Segundo Almeida (2005, p.14) a preocupação com a formação do sujeito crítico e consciente de seu processo histórico e cultural é base necessária para a formação acadêmica e, a partir dessa formação, construir um novo projeto social, no qual a compreensão do sujeito com necessidades especiais seja incorporada como reconhecimento de suas capacidades e não de suas dificuldades. (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011, s/p).

O ensino de libras na universidade é necessário para que o aluno surdo tenha os seus direitos como cidadão garantido. Onde professores, alunos e toda a comunidade acadêmica possam interagir com os mesmos e só assim eliminar as barreiras e preconceitos de uma sociedade excludente.

Após a aplicação do questionário observamos que a inclusão envolve a participação de todos independente de sua limitação, inserir o surdo na escola regular não é apenas colocá-lo dentro da sala de aula e pronto, mais garantir sua permanência no sistema educacional e oferecer igualdade de oportunidades, bem como ensino de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse trabalho foi possível percebermos que a educação inclusiva possibilitou a inserção de pessoas com deficiência na escola regular, garantindo a participação de todos. As diferenças não são vistas como problemas, mais como diversidade e partindo dessa realidade social é preciso ampliar a visão de mundo, desenvolvendo oportunidades de convivência para todos.

Com isso o referente estudo nos mostra que os discentes de pedagogia do 5º ano veem que as instituições de ensino precisam ser modificadas para receber o aluno surdo, pois os mesmos muitas vezes não são vistos pela sociedade por suas potencialidades, mais pelas limitações impostas pela sua condição e a escola não se encontra preparada para receber esses alunos. Pois os professores não se sentem preparados para ensina-los porque desconhecem a língua brasileira de sinais e isso contribui significativamente na aprendizagem dos alunos.

Sabemos que o surdo utiliza as mãos para se comunicar e cabe à escola se adequar a realidade desses alunos criando um espaço inclusivo para ensina-los. A inclusão de alunos surdos na escola regular deve ser vista como um novo paradigma, onde todos os envolvidos tenham consciência do respeito às diferenças.

Portanto, é na escola que o preconceito e as diferenças devem ser extintas porque a escola é um espaço diversificado. Sendo assim para que a educação inclusiva aconteça é necessário participação de pais, alunos, professores, gestores.

O papel do professor é importante nesse processo de inclusão, garantindo aos alunos surdos o direito a uma educação de qualidade, que possibilite aos mesmos participar das aulas, interagindo com professores e demais alunos ouvintes. Para que isso aconteça é necessário que todos os envolvidos aprendam a língua de sinais, onde as marcas de domínio de uma língua sobre a outra devem ser eliminadas e a libras seja tão importante para surdo quanto à linguagem oral para o ouvinte.

Portanto as mudanças são fundamentais para a inclusão, mais exige esforços de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção do conhecimento. Os principais problemas que o surdo enfrenta são: A falta de professores qualificados; falta de relação entre o surdo e o ouvinte; a discriminação que esses alunos são submetidos por parte dos profissionais da escola, de professores e alunos por terem uma deficiência.

É preciso que os profissionais da educação e as autoridades competentes mantenham-se sobre uma perspectiva crítica de inclusão e atuem com frequência na ampliação dos conhecimentos. Para só assim a escola regular possa se adequar às necessidades dos alunos oferecendo um ensino inclusivo, que forneça cursos de capacitação de professores para ensinar ao surdo, materiais didáticos adequados, intérpretes de libras para auxiliar o surdo durante as aulas.

As diversidades enriquecem uma sala de aula pelo simples motivo de se aprender com o diferente, o surdo pode proporcionar para os demais ouvintes experiências diversas e ambos podem aprender uns com os outros, proporcionando assim um mundo sem preconceitos e discriminação.

A língua de sinais como disciplina obrigatória dentro das escolas regulares e universidades facilitará a comunicação para ambos, surdo e ouvinte, já que a maioria dos ouvintes desconhece a libras e se comunicam com o surdo através de gestos. O reconhecimento da língua de sinais como uma segunda língua é um passo importante para a valorização da cultura surda e o papel do intérprete é muito importante para que o aluno consiga acompanhar a aula na sua língua natural que é a libras.

Ainda há muito a se fazer não apenas em relação à inclusão, mas em todo âmbito escolar, para todos os alunos que frequentam uma escola a fim de ter um aprendizado de qualidade e dar continuidade à vida acadêmica. São poucos os alunos surdos que conseguem chegar a uma faculdade, e quando chegam muitas vezes não conseguem concluir por falta de profissionais especializados que o ajude em suas atividades que são bem mais difíceis, enquanto universitário.

Conclui-se que há ainda um longo caminho a percorrer para a inclusão do aluno surdo numa turma regular, pois é uma comunidade ausente de voz que utiliza uma língua diferenciada que é a libras e que ainda é pouco conhecida pelos ouvintes. A língua de sinais envolve movimentos gestuais que pode parecer sem sentido para muitos, mais é através dela que os surdos manifestam suas vontades e o ouvir com as mãos nos faz penetrar no mundo dos surdos e tornar possível o contato entre os mundos envolvidos.

Esse trabalho trouxe contribuições importantes como a compreensão de surdez na opinião de discentes do curso de pedagogia da UEPB, mostrando a importância da valorização do aluno surdo dentro da escola regular e que o surdo tem os mesmos direitos que os ouvintes, que precisam ser respeitados e postos em prática pelas escolas.

Em que a participação do professor é importante para a inclusão desses alunos, pois o mesmo é mediador do conhecimento e cabe a ele quebrar as barreiras do preconceito em sala

de aula. A partir desse estudo podemos ver que os participantes da pesquisa afirmam que para a educação inclusiva de fato aconteça é preciso que acolha todos aqueles que possuem uma deficiência dentro das escolas, oferecendo-lhes oportunidades iguais.

REFERÊNCIAS

- AURÉLIO. **Minidicionário Escolar de Língua Portuguesa**. Ciranda Cultural, Brasil, 2009.
- BORGES, Rosana Stevanato. **A deficiência na perspectiva de Vygotsky**. 2010. 43p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência**. Câmara dos Deputados. 7. ed. Brasília, 2013. Série Legislação.
- BRASIL. Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989. **Presidência da República casa civil**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm> acesso em 03/12/2017 às 21 h: 00min.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social> > acesso em 03/12/2017 às 23h: 00 min.
- BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação Especial na Educação Básica**/Ministério da Educação. Brasília: 2001. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> acesso em 03/12/2017 às 22 h: 00min.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, Linguagem e Cultura**. 1998. Cad. CEDES, Vol. 19, n. 46, pp. 41-56 Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 15/08/2017 às 19h00min.
- CROMACK, Eliane Maria da Costa. **Identidade, Cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais**. 2004, vol. 24, n. 4, pp. 68-77 Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 23/08/17 às 19h:00min.
- DIZEU, Liliane Toscano de Brito e; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de Sinais constituindo o Surdo como sujeito**. 2005 Educ. Soc. vol. 26, n. 91, pp. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> > acesso em 20/08/2017 às 15 h:00min.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. Brasiliense. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FÁVERO, Osmar et al. **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FREITAS, Neli Klix. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. 2008. Cad. CEDES, vol.16, n. 60, pp. 323-336. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 16/08/17 às 20 h:00min.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem os alunos, professores e interpretes sobre está experiência**. 2006. Cad. CEDES [online]. 2006, vol. 26, n. 69, pp. 163-184. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 16/08/2017 às 15h00min.

LACERDA, C. B. F. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. 2000 Cad. CEDES, v. 20, n. 50, p. 70-83. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 22/08/17 às 18 h:00min.

LACERDA, Cristina Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. **Política para uma Educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. 2013. Educ. Pesqui. [online]. 2013, vol.39, n.1, pp.65-80. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 23/08/17 às 13 h:45min.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. **Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco**. 2011. *rev.* [online]. N.41, pp.125-143. Disponível em< <http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 04/09/17às 19 h: 00min.

PLETSCH, Márcia Denise. **A Formação de Professores para a Educação Inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. 2009. Educ. rev. [online], n. 33, pp. 143-156. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> > acesso em 22/08/17 às 22 h:30min.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. **O desenvolvimento da Linguagem e a Educação**. 2000, vol.5, n.2, pp.99-116. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 25/08/17 às 15 h: 30min.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **A imagem que as professoras da escola regular têm em relação à aprendizagem do aluno surdo**. 2003, vol.

20, n. 2, pp. 5-13. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 19/08/2017 às 14 h: 30min.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação entre Professores e Alunos em sala de aula, com proposta de educação inclusiva**. 2005. Rev. bras. educ. espec. [online]. Vol.11, n.3, pp.373-394. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo>> acesso em 26/08/17 às 17 h: 00min.

SILVA, Vitoria Aparecida da. **A inclusão do aluno com deficiência auditiva e com surdez na escola: desafios e possibilidades**. 2016. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Caicó, 2016.

SOBREIRA, Iracles Andressa Pessoa de Andrade. **O papel do docente no ensino aos alunos com Autismo**. 2017. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2017.

STAINBACK, Susam e William. **Inclusão um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STUBBS, Sue. **Educação Inclusiva: Onde existem poucos recursos**. Ingrid Lewis, 2008.

XIBERRAS, Martine: **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1 Dados dos Profissionais

1.2 Nome:

1.3 Você já concluiu um curso superior?

() sim, qual? _____

() não

1.4 Você trabalha na área da educação?

() sim, qual função? _____

() não

1.5 Você trabalha com alunos/pessoas com deficiência?

PERGUNTAS

- 1 Você tem conhecimento da língua brasileira de sinais – Libras?
- 2 Se você se encontrar com uma pessoa surda como você vai se comunicar?
- 3 Você supõe que a dificuldade enfrentada pelos surdos com relação à aprendizagem ocorre na mesma proporção que para um aluno ouvinte?
- 4 O que você entende por surdez?
- 5 Você estuda ou já estudou com algum aluno surdo?
- 6 Qual a sua opinião em relação à inclusão de alunos surdos nas escolas regulares?
- 7 Em sua opinião os professores e a instituição de ensino estão preparados para receber alunos surdos?
- 8 Em sua opinião o ensino de libras deve ser uma atividade voltada apenas para os alunos surdos ou deve incluir todos os alunos?
- 9 Você acha importante o ensino de libras como disciplina obrigatória nas universidades?